



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

**RELATÓRIO Nº 2043/2026 - Grad-InterInd (12.01.56.43)**

Nº do Protocolo: 23066.023780/2026-44

Salvador-BA, 28 de abril de 2026.

### **Reunião sobre o Processo de Progressão para Habilitações**

No dia 27 de abril de 2026, foi realizada reunião virtual do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (PARFOR/UFBA), no período compreendido entre 18h29min22s e 19h40min51s, totalizando aproximadamente 1 hora e 11 minutos, com a finalidade de apresentar, explicar e debater de forma ampla e detalhada o processo de progressão para as habilitações do curso, bem como seus vínculos com a organização do estágio supervisionado e com a carreira do professor indígena no Estado da Bahia.

A reunião integrou as atividades formativas e administrativas do curso, tendo como foco garantir que todos os estudantes tivessem acesso às mesmas informações, com clareza, transparência e possibilidade de esclarecimento coletivo.

A atividade foi coordenada pelo professor Felipe Bruno Martins Fernandes, coordenador do curso, e teve como moderador e apoio administrativo o secretário do curso, Wender Silveira Freitas.

#### **Participantes**

Participaram da reunião, conforme registro da sessão virtual, os(as) seguintes estudantes e membros da equipe do curso:

Adinai Cruz;  
Adroaldo Nogueira;  
Carla Raiane Lopes dos Santos;  
Eduardo José Amaral de Jesus;  
Flávio Alves;  
Jocilene Oliveira de Souza;  
Joselia Andrade Santos;  
Karina Carvalho;  
Kawana Dantas;  
Laís Eduarda;  
Lourizete Rodrigues Chaves;  
Maria Conceição;  
Maria Conceição da Silva;  
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (coordenadora pedagógica);  
Poranga Tupinambá;  
Raíssa;  
Silmara Amaral;  
Yuri Rodrigues;  
Poliana Stephanie, além do coordenador e do secretário do curso já mencionados.

#### **Abertura e contextualização inicial**

Na abertura da reunião, o professor Felipe Bruno Martins Fernandes agradeceu a presença de todas e todos e destacou que aquele encontro tinha caráter estratégico no percurso formativo do curso. Ressaltou que o processo de progressão para as habilitações não é uma mera etapa burocrática, mas um momento de definição estrutural da formação acadêmica e da futura atuação profissional dos estudantes.

O coordenador enfatizou que o curso de Licenciatura Intercultural Indígena possui um projeto pedagógico específico, voltado à formação de professores indígenas para atuar em suas comunidades, considerando a diversidade de povos, territórios, línguas, culturas e projetos educativos. Por esse motivo, segundo ele, a escolha da habilitação deve ser feita de forma refletida, coletiva e comprometida com as realidades locais, e não apenas a partir de preferências individuais ou percepções equivocadas sobre facilidade ou dificuldade de áreas.

### **Estrutura do curso e sentido das habilitações**

O professor Felipe realizou uma explanação detalhada sobre a estrutura curricular do curso, explicando que a Licenciatura Intercultural Indígena é organizada a partir de um núcleo comum, cursado majoritariamente até o quarto semestre, e de habilitações específicas, que passam a ser cursadas a partir do quinto semestre.

Esclareceu que as habilitações não são especializações, mas percursos formativos centrais, que definem:

- a área principal de atuação docente do estudante;
- os componentes curriculares cursados nos semestres finais;
- o campo de realização do estágio supervisionado;
- e a habilitação que constará oficialmente no diploma.

Foram apresentadas as três habilitações ofertadas pelo curso:

A habilitação em Humanidades foi descrita como voltada aos estudos de território, história indígena, direitos indígenas, antropologia, sociologia, geografia e organização política dos povos indígenas, formando docentes com atuação crítica e reflexiva.

A habilitação em Artes, Linguagens e Literaturas foi apresentada como voltada à alfabetização, ao letramento, ao ensino bilíngue ou multilíngue, às línguas indígenas, à língua portuguesa, às literaturas e às expressões artísticas e culturais, com forte relação com a educação escolar nos anos iniciais e com a produção de materiais didáticos interculturais.

Já a habilitação em Matemática e Ciências da Natureza foi caracterizada como abrangendo matemática, biologia, química, física, meio ambiente, saúde e inclusão digital, articulando conhecimentos científicos e saberes tradicionais, com especial relevância para a educação ambiental e para os anos finais da educação básica.

### **Processo de progressão para as habilitações**

Em seguida, o coordenador explicou detalhadamente o processo de progressão. Informou que cada estudante deverá indicar três opções de habilitação, em ordem de preferência, obrigatoriamente diferentes entre si, até o dia 04 de maio de 2026, por meio do ambiente Moodle do curso.

Ressaltou que a escolha do estudante é o critério principal do processo e que não existe hierarquia entre as habilitações nem áreas consideradas mais fáceis ou mais difíceis. Destacou, contudo, que cada habilitação precisa atingir um número mínimo de estudantes para que a turma seja viabilizada.

Explicou que a fórmula de classificação somente será utilizada em situações excepcionais, quando houver excesso de demanda em determinada habilitação ou necessidade de ajuste para equilibrar a composição das turmas. Essa fórmula considera:

- o desempenho acadêmico no núcleo comum;
- o índice acadêmico registrado no SIGAA;
- o desempenho em componentes curriculares relacionados à habilitação pretendida;
- e, quando aplicável, pontuação adicional para estudantes que comprovem vínculo como professores em atuação.

Foi enfatizado que pontuação adicional não significa prioridade automática, mas apenas um critério técnico em caso de concorrência.

### **Carreira do professor indígena e relação com o curso**

O professor Felipe dedicou parte significativa da reunião para explicar a carreira do professor indígena na Bahia, destacando mudanças recentes na legislação estadual que instituíram uma carreira específica, organizada por níveis e classes, vinculada à titulação.

Explicou que o ingresso na carreira ocorre por concurso público ou por processo seletivo REDA, e que o último processo REDA realizado teve conteúdo alinhado às áreas formativas do curso, como língua portuguesa, matemática, ciências da natureza, educação escolar indígena e temas de diversidade.

Informou ainda sobre a existência do chamado quadro especial, que estabelece o prazo até 2032 para que todos os professores indígenas em exercício possuam formação superior, reforçando a importância estratégica do curso nesse contexto.

### **Intervenções e esclarecimentos dos participantes**

Durante o espaço de diálogo, diversos estudantes apresentaram questionamentos:

- Laís Eduarda perguntou se existia alguma habilitação com exigência maior de nota ou maior dificuldade de ingresso. O coordenador respondeu que todas possuem o mesmo peso e que a fórmula só é aplicada em caso de concorrência.
- Raíssa questionou sobre a carga horária do estágio supervisionado, sobre a presença das habilitações nas aldeias e sobre a progressão na carreira docente indígena. Foi esclarecido que o estágio possui 135 horas, distribuídas entre o quinto, sexto e sétimo semestres, e que não há levantamento geral sobre predominância de habilitações nos territórios.
- Adroaldo Nogueira perguntou como ficará o estágio para estudantes que residem longe das escolas indígenas e sobre possíveis vantagens para professores em atuação. Foi informado que o estágio será tratado em reunião específica e que há apenas pontuação adicional, não prioridade automática.
- Lourizete Rodrigues Chaves questionou a validade do vínculo REDA. O coordenador informou que, conforme resposta oficial da CAPES recebida no mesmo dia, o vínculo REDA passou a ser aceito, desde que devidamente comprovado.
- Karina Carvalho questionou os critérios de desempate e a situação de estudantes que ainda não atuam como professores. Foi reafirmado que a escolha do estudante é o critério central.
- Eduardo José Amaral de Jesus perguntou sobre a necessidade de envio de documentos. Foi esclarecido que professores devem encaminhar comprovante de vínculo e declaração da escola.
- Silmara Amaral perguntou se professores teriam prioridade automática. Foi esclarecido que não.
- Poliana Stephanie questionou se a aceitação do REDA era recente, sendo confirmado que a resposta da CAPES foi recebida no dia da reunião.
- Wender Silveira Freitas, enquanto secretário do curso, esclareceu dúvidas operacionais sobre prazos, registros e organização administrativa.

### **Encaminhamentos e encerramento**

Como encaminhamentos, foi reforçado o prazo de 04 de maio de 2026 para a indicação das habilitações e o envio da documentação necessária. Informou-se que será realizada reunião específica para tratar exclusivamente do estágio supervisionado.

Ao final, a coordenação agradeceu a participação de todas e todos, destacando a importância do diálogo coletivo, da transparência e da responsabilidade na construção da formação intercultural e da educação escolar indígena.

*(Assinado eletronicamente em 28/04/2026 17:20)*

FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

COORDENADOR(A) DE CURSO - TITULAR

FFCH (12.01.56)

Matrícula: ###972#0

ano: **2026**, tipo: **RELATÓRIO**, data de emissão: **28/04/2026** e o código de verificação: **99006ada4b**